

GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

Resolução Nº 33/1993 de 4 de Março

de 4 de Março

Considerando que, pela Resolução n.º 23/88, de 7 de Janeiro, foi declarada a utilidade pública urgente da expropriação das parcelas necessárias à construção da variante Ponta Delgada - Lagoa e sua ligação à Cidade, (E.R. 1.ª fase, trecho entre Ponta Delgada e o Km 4,5 e variante à E.R. 3-1.ª, entre a Manguinha e o Grilo, numa extensão de 1,3 kms, concelho de Ponta Delgada;

Considerando que, para a mencionada obra, foram adquiridos à firma Finançor, SA, 3.452 metros quadrados de terreno, dos quais, devido a reformulação do projecto, foram ocupados, apenas, 1.722 m²;

Considerando, por outro lado, que aquela firma requereu a reversão da área remanescente, uma vez que esta confina com as suas instalações industriais e é enquadrada pelas vias construídas;

Considerando, finalmente, que, para a gleba em apreço, não está prevista qualquer utilização, não tendo a Região Autónoma dos Açores interesse na manutenção da sua titularidade.

Assim, no uso da faculdade conferida pelo artigo 56.º, alínea h) do Estatuto Político - Administrativo da Região, o Governo resolve:

- 1 -Autorizar a alienação à firma Finançor, SA, da parcela não ocupada do terreno que lhe havia sido adquirido, sito à Pranchinha, na freguesia de São Pedro, do concelho de Ponta Delgada, com a área de 1 730 metros quadrados, a destacar do prédio inscrito na matriz predial sob o artigo 56 da Secção B e descrito na Conservatória do Registo Predial de Ponta Delgada com o n.º 608/São Pedro, pelo montante de 15.700 contos, resultante da actualização do valor da aquisição pago pela Região.
- 2 -Conferir aos directores regionais do Tesouro e das Estradas, ou a quem eles delegarem, os poderes necessários para representarem a Região Autónoma dos Açores na respectiva escritura de compra e venda.

Aprovada em Conselho, Ponta Delgada, 24 de Fevereiro de 1993. - O Presidente do Governo, João Bosco Mota Amaral.